

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional
Palácio dos Congressos
São Tomé

Excelência,

O signatário, Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional, eleito pela Assembleia Nacional desde 2005, para um mandato de 4 anos, está nesta função há 12 anos.

Acresça-se a isso, o facto de me encontrar já jubilado com a agravante de continuar a receber um ou outro processo, quando tal só deveria acontecer no caso de impedimento, suspeição ou ausência prolongada de um ou outro colega.

Além de já ter ultrapassado a minha legitimidade por mais dois mandatos, foi promulgada a Lei n.º 19/2017, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, publicada no DR n.º 191, 26 de Dezembro de 2017, que de yure institucionalizou o Tribunal Constitucional, abrindo caminho para a sua implementação de facto.

Por várias vezes já me ter deslocado ao Parlamento em mais de uma legislatura, manifestando a minha vontade de me afastar de funções activas, acho o momento actual o azado para que me liberte do vínculo directo no activo.

Por assim ser assim, sinto-me no dever de comunicar a V. Ex^a que nestes termos, o Tribunal Constitucional para o qual fui nomeado deixou de existir, pelo que, como não podia deixar de ser, cessam também as minhas funções como desta Instituição, que funcionou todos estes anos, numa fase transitória, integrada no Supremo Tribunal de Justiça.

Mas também gostaria de pedir ao Senhor Presidente que após ser dado por findo o meu mandatado como Juiz Conselheiro ainda no activo, mande proceder a minha substituição como membro do Conselho Superior dos Magistrados Judiciais, uma situação em que várias vezes tem sido e ainda recentemente foi alvo de críticas dos meus pares.

Sem descurar o ambiente muito pouco salutar que nos últimos meses tem criado situações de muito mal estar durante as situações de trabalho.

X Quero agradecer a todos deputados da nação a confiança em mim depositada, e predisponho-me para continuar a contribuir para o país, lá onde for necessário, mas num outro quadro.

Queira aceitar Senhor Presidente, os meus respeitosos cumprimentos e protesto de elevada estima.

Com a máxima consideração me subscrevo

São Tomé, 03 de janeiro de 2017.

O Juiz Conselheiro Jubilado


José Paquete d'Alva Teixeira

